

Fotos: Leopoldo Silva



Jucá (E) e Carlos Sampaio: comissão investigará uso de cartões desde sua criação

Acordo garante CPI mista para cartões

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, e o deputado Carlos Sampaio, do PSDB, chegaram ontem a entendimento para se criar uma CPI formada por senadores e deputados com o intuito de investigar as denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos pelo governo federal. **Páginas 4 a 6**

Arrecadação maior pode compensar perda da CPMF

O coordenador do comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento, Francisco Dornelles, anunciou ontem a terceira reestimativa de receitas feita pelo Congresso para 2008. De acordo

com o relatório, o crescimento da arrecadação dos impostos federais e o aumento de tributos determinado no início do ano para compensar a rejeição da CPMF reduzirão a R\$ 2,7 bilhões

o montante necessário para fechar as contas do Orçamento deste ano. O relator do Orçamento, José Pimentel, confirmou a elevação do mínimo para R\$ 412,40 em 1º de março. **Página 2**



Dornelles (E), ao lado de José Maranhão, apresenta a terceira reestimativa de receitas da União para o próximo ano

Comissões vão debater direitos, transposição e embargo a carne

Cinco comissões permanentes do Senado realizam esta semana suas primeiras reuniões do ano para analisar diversas proposições em pauta nos colegiados. Estão previstas também várias audiências públicas,

em que serão tratados temas como a situação dos direitos humanos no país, o embargo à carne brasileira pela União Européia, a transposição de águas do rio São Francisco e a produção de biodiesel. **Página 3**

Maciel quer rever concentração

União se fortalece em prejuízo de estados e municípios, afirma senador. **Página 7**



Senadores cobram medidas para preservar florestas brasileiras

A destinação de parte da arrecadação de *royalties* sobre petróleo a estados e municípios que preservem áreas florestais foi defendida ontem por Cristovam Buarque. A situação das florestas brasileiras preocu-

pa também Mesquita Júnior, que defendeu um plano para a Amazônia. Sibá Machado negou suposta decisão do governo de anistiar fazendeiros que fizeram derubadas ilegais na região amazônica. **Página 8**

Terceira reestimativa feita pelo Congresso eleva previsão de arrecadação do governo, mas ainda faltariam R\$ 2,7 bilhões para fechar as contas do Orçamento

Leopoldo Silva



Dornelles, José Maranhão, presidente da CMO, e Pimentel: cortes em projetos não iniciados e na previsão de aumento para servidores

Contas refeitas no Orçamento: receita cresce e exige corte menor

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), coordenador do comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento, anunciou ontem a terceira reestimativa de receitas feita pelo Congresso para 2008, elevando em R\$ 24,77 bilhões a previsão de arrecadação (de todos os impostos, menos a CPMF) feita pelo governo em agosto do ano passado, quando enviou o projeto orçamentário aos deputados e senadores. Nesse período, o governo perdeu R\$ 37,96 bilhões com a queda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado e ganhou R\$ 10,5 bilhões com o aumento do IOF e da CSLL dos bancos. Resultado: faltariam R\$ 2,7 bilhões para fechar as contas do Orçamento de 2008.

O problema é que o relator-geral do projeto, deputado José Pimentel (PT-CE), já havia comprometido alguns bilhões de reais com os relatores setoriais, por conta de duas reestimativas feitas no ano passado, sendo aproximadamente R\$ 7,3 bilhões com emendas apresentadas por bancadas parlamentares. O total comprometido, conforme notícias da imprensa, ficaria entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Assim, as contas agora só serão fechadas depois que José Pimentel cortar os recursos antecipados, mais os R\$ 2,7 bilhões que Francisco Dornelles aponta como "buraco" nas contas federais. Por isso, a imprensa tem noticiado que os cortes ficarão entre R\$ 12 bilhões e R\$ 18 bilhões. À

imprensa, Pimentel evita falar de números.

Em entrevista depois de receber as reestimativas, José Pimentel confirmou que vai cortar nas emendas coletivas dos deputados e senadores. Ele reafirmou ainda que vai dar prioridade, nos cortes, a projetos não iniciados, preservando ao máximo projetos em execução.

Pimentel pretende ainda cortar na previsão de gastos com aumentos salariais de servidores – alguns reajustes seriam adiados. Ele confirmou ainda, como já informou o presidente da Comissão de Orçamento, senador José Maranhão (PMDB-PB), que o salário mínimo deve passar dos atuais R\$ 380 para R\$ 412,40 no dia 1º de março.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Redução da maioria é destaque no Plenário

Às 14h, tem início a primeira sessão deliberativa deste ano. Os senadores vão examinar 49 matérias, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e requerimentos. A pauta inclui projetos que reduzem a maioria penal de 18 para 16 anos.



Comissão debate direitos humanos no país

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se, às 9h, em audiência pública, para analisar o exercício dos direitos humanos no

Brasil. Estão convidados para o debate os ministros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Senadores examinam projeto sobre estágio



A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reúne-se às 11h para votar, entre outras proposições, o projeto de lei que disciplina o estágio de estudantes universitários e de ensino profissionalizante e supletivo.

Consumidor pode deixar de pagar por boletos

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa pauta com 11 proposições. Entre os projetos, está o que altera o Código de Defesa do Consumidor a fim de acabar com a obrigação do consumidor de pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

Votação dos relatórios setoriais na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para as 14h30 destinada a discutir e votar os relatórios setoriais de Infra-Estrutura, de Integração Nacional e Meio Ambiente, e de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Os documentos foram apresentados ao projeto de lei orçamentária para 2008 (PL 30/07-CN).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF, CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Garibaldi Alves e Rosalba Ciarlini

Embargo da União Européia à carne bovina brasileira será debatido amanhã pela Comissão de Agricultura

Comissões retomam trabalho com temas relevantes em pauta

Diversas comissões permanentes do Senado realizam esta semana suas primeiras reuniões do ano. Hoje reúnem-se os senadores das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 11h, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 14h. Amanhã estão previstas reuniões das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 8h45; de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h; e de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. Já a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública amanhã, às 10h, sobre o embargo da União Européia à carne bovina brasileira.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que já se reuniu sexta-feira, realiza debates hoje e na quinta, às 9h. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) possui votações de relatórios setoriais sobre a Lei Orçamentária para 2008, hoje e amanhã, a partir das 14h30.

Projeto do senador licenciado e atual ministro das Comunicações, Hélio Costa, que altera as normas dos cursos de educação a distância, integra a pauta da CE. Conforme a proposta (PLS 118/04), que terá decisão termi-

nativa na comissão, os programas de educação a distância deverão assegurar, periodicamente, horas de aulas presenciais.

Na agenda da CMA, consta projeto (PLS 142/07) de Renato Casagrande (PSB-ES) que prevê a redução do valor a ser pago aos comitês de bacias hidrográficas pelo uso da água nos casos em que, na propriedade rural, forem realizadas benfeitorias e adotados métodos de conservação de água e solo.

Na reunião de amanhã, a CCT decide sobre proposta de audiência para debater a migração dos sistemas analógicos para sistemas digitais nos veículos de comunicação.

Migração dos sistemas analógicos para sistemas digitais nos veículos de comunicação pode ser tema de debate na CCT

Entre os 15 itens em pauta na CCJ consta o PLS 88/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que agrava as penas para os crimes de homicídio e de ameaça contra policiais.

Na CAS, os senadores devem deliberar sobre uma pauta de sete itens, entre os quais o PLC 85/06, determinando que seja acrescentado ferro e ácido fólico às farinhas de milho e trigo comercializadas no país. Quando da votação na CRA, foi excluída a farinha de mandioca. Os senadores consideraram que a medida inviabilizaria a manufatura artesanal do produto no Norte e Nordeste.

e Informática, onde recebeu voto favorável, com emendas, do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

O senador ressalta que a proposta visa facilitar o acesso do cliente às operações de crédito. Antonio Carlos Júnior observa que a medida poderá ser implementada sem custos adicionais para os bancos. Após a análise da CMA, a proposição será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Bancos poderão informar sobre operações dos últimos cinco anos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa hoje, às 11h30, projeto de Adelmir Santana (DEM-DF) que obriga os bancos a tornarem disponíveis aos seus clientes, por meio eletrônico e de forma gratuita, informações sobre operações de crédito contratadas nos últimos cinco anos.

O projeto (PLS 538/07) foi aprovado em novembro passado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação



Fonte: Ministério da Integração Nacional

O que é a transposição

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional visa assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semi-árida de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A cargo do Ministério da Integração Nacional, o empreendimento prevê a construção de dois grandes canais:

- **O Eixo Norte**, com a captação nas proximidades de Cabrobó (PE), percorrerá cerca de **400 km**, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.
- **O Eixo Leste**, que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta (PE), se desenvolverá por **220 km** até o rio Paraíba (PB).

CDH discute direitos humanos e transposição

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará esta semana duas audiências públicas: hoje, o colegiado discute a situação dos direitos humanos no Brasil e, na quinta-feira, no Plenário, em conjunto com outras comissões, os senadores ouvirão especialistas sobre a transposição de águas do rio São Francisco. Os dois debates terão início às 9h.

Conforme requerimento do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), foram convidados para a audiência sobre direitos humanos os ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. O debate fornecerá subsídios para a elaboração de relatório sobre as ações brasileiras na área, a ser apresentado ao Conselho de Di-

reitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Especialistas

Para discutir o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, a CDH convidou diversas autoridades, especialistas, militantes e religiosos envolvidos com a questão. Devem participar do debate o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que em dezembro ficou 23 dias em greve de fome em protesto contra o projeto, e a atriz Letícia Sabatella, que integra o Movimento Humanos Direitos, também contrário à transposição. Participarão ainda, entre outros, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; o deputado e ex-ministro da pasta Ciro Gomes (PSB-CE), em cuja gestão foi lançado o projeto; o secretário de

Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho; e o deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB).

Autor do requerimento propondo a audiência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que o debate visa esclarecer os senadores sobre o projeto, que abrange sete estados. Durante discussão do tema na reunião do colegiado na semana passada, Paulo Paim ressaltou que as vantagens e conseqüências da transposição de águas do rio São Francisco ainda não são totalmente conhecidas.

Também manifestando apoio ao debate, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para as dificuldades de decisão sobre o assunto, que envolve a necessidade de conciliar o direito da população de acesso à água com a preservação ambiental.

Suplicy prevê debate rico e democrático sobre projeto



Suplicy: defensores e opositores do projeto estarão representados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem a importância do debate sobre o projeto de integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional, a ser realizado quinta-feira, às 9h, no Plenário do Senado.

De acordo com o parlamentar, os que são a favor e contra o projeto estarão igualmente representados, o que ensejará não só uma discussão democrática, mas tecnicamente rica. Suplicy informou que, atendendo a pedido do ministro da Integração Nacional, primeiro serão ouvidas as críticas do bispo de Barra (BA) e, em seguida, Geddel Vieira Lima apresentará os argumentos do governo. Depois, disse o parlamentar, falarão estudiosos, técnicos e autoridades envolvidas com o assunto.

O debate é uma realização conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Serviços de Infra-Estrutura (CI) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Paulo Duque: efeitos sobre a região são imprevisíveis



Duque lembra que o projeto de transposição é assunto polêmico

Ao elogiar Eduardo Suplicy por ter proposto a realização de audiência sobre a transposição de águas do rio São Francisco, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) lembrou que o projeto no Rio da Unidade Nacional é um "assunto polêmico".

Na opinião de Paulo Duque, as conseqüências da transposição ainda são uma incógnita, pois seus efeitos para o rio e para a região árida do Nordeste são praticamente imprevisíveis. - Uns dizem que isso é viável; outros dizem que isso pode causar um desastre ecológico de proporções inéditas. E aqueles que não são técnicos no assunto têm de agir com muita imaginação. Será que vai acontecer o pior? O que terá levado o frei Cappio, esse religioso, a querer morrer pelo rio São Francisco, a querer sucumbir pelo rio São Francisco? Só espero que depois, no futuro, não me venham aqui com pedidos infantis de CPIs - disse o parlamentar.

Em aparte, Suplicy agradeceu o apoio do senador fluminense.

Senadores apóiam investigação sobre uso de cartões

As denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos pelo governo federal e o acordo entre o senador Romero Jucá e o deputado Carlos Sampaio para que seja instalada uma CPI mista sobre o caso ocuparam boa parte da sessão de ontem do Plenário. Alvaro Dias cobrou o esclarecimento dos fatos; Efraim Morais criticou o aumento das despesas sigilosas do governo; Heráclito Fortes conde-

nou declarações do ministro da Justiça, Tarso Genro, de que a oposição estaria tentando criar “uma crise artificial”; Osmar Dias defendeu as investigações e manifestou a expectativa de que os parlamentares do PDT assinem o pedido de CPI; Renato Casagrande pediu regras claras e transparência nos gastos públicos; Mão Santa observou que o dinheiro gasto nos cartões está fazendo falta à educação e ao combate à febre

amarela; José Agripino disse esperar que a CPI não seja oposicionista nem governista, mas que ajude a recuperar a imagem do Senado; Arthur Virgílio lamentou o que chamou de “tentativa mambembe de embaralhar os fatos” por parte do governo e advertiu que “eventuais crimes alheios não absolvem os cometidos agora”; o presidente do Senado, Garibaldi Alves, prometeu cumprir os prazos regimentais para instalar a comissão.



ALVARO DIAS

Cenário de degradação moral das instituições

Para Efraim Morais (DEM-PB), “a farra dos cartões corporativos” é “um dos momentos mais constrangedores do ponto de vista ético e moral” da história do Brasil. Conforme o senador, o escândalo do mensalão, ainda na memória dos brasileiros, e a farra dos cartões corporativos “compõem um único e mesmo cenário de degradação moral das instituições, de que fazem parte ainda os sempre crescentes gastos de gabinete e verba secreta da Presidência da República”.

Efraim citou reportagem de *O Estado de S. Paulo* publicada no último sábado, segundo a qual as despesas sigilosas do governo Lula passaram de R\$ 16,9 milhões, em 2004, para R\$ 35 milhões, no ano passado.

– O que justificaria tal aumento, se a inflação está estabilizada desde o Plano Real e o país não vive nenhum tipo de emergência administrativa? – perguntou Efraim.

O senador criticou também o aumento de cargos de confiança no governo. Citou o Ministério do Planejamento, segundo o qual o número de cargos comissionados no segundo mandato de Lula cresceu 7,6 vezes em relação ao primeiro mandato.



EFRAIM MORAIS

Acordo tem que garantir apuração de irregularidades

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o acordo anunciado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) para a instalação de uma CPMI destinada a investigar irregularidades nos gastos com cartões corporativos pelo governo não deve servir como “proteção recíproca” do presidente Lula e do ex-presidente Fernando Henrique.

Para o senador, a CPMI deve investigar as denúncias e indícios de irregularidades com os cartões, o que poderia incluir gastos do governo FHC, desde que haja sinais de mau uso desse instrumento.

– O que está em foco são as denúncias de gastos irregulares durante o governo Lula, mas o acordo anunciado tem de garantir o esclarecimento dos fatos.

Carlos Sampaio é o autor do requerimento da CPMI com o objetivo de investigar os gastos com cartões no governo Lula, enquanto Romero Jucá apresentou requerimento para a criação de uma CPI no Senado. A idéia de Jucá era fazer uma investigação ampla, desde 1998, incluindo os gastos das chamadas contas de tipo B, que disponibilizam recursos para comprovação posterior.



HERÁCLITO FORTES

Ministro tenta colocar deslizamentos debaixo do tapete

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse não concordar com a afirmação do ministro da Justiça, Tarso Genro, de que a oposição estaria criando uma “crise artificial” com o caso dos chamados cartões corporativos. Na opinião de Heráclito, trata-se de um “escândalo sem precedentes” a falta de controle no uso dos cartões.

– É querer colocar debaixo do tapete as irregularidades e os deslizamentos administrativos cometidos.

Para Heráclito, a figura do cartão corporativo é positiva, moderna e antiburocrática, o problema foi o mau uso e a falta de fiscalização. O senador condenou o governo por ter envolvido o ex-presidente Fernando Henrique no caso dos cartões corporativos. Heráclito observou que o motorista de Fernando Henrique, sobre o qual há denúncias, foi nomeado pelo atual presidente.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) comentaram o pronunciamento. Sibá e Suplicy frisaram que o cartão favorece a transparência das contas públicas; Sérgio Guerra informou que o ex-presidente Fernando Henrique disse não temer investigações.

Todo o PDT deve assinar pedido de CPI mista

O uso irregular e abusivo dos cartões corporativos do governo federal deve ser investigado, segundo Osmar Dias (PDT-PR). O senador lembrou que já havia assinado um requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a realizar essa investigação.

– Quero comunicar que eu já assinei a CPI e acredito que todo o PDT vai assinar. Assinaria independentemente desse acordo que foi feito entre o líder do governo e a oposição, porque já que é para investigar, vamos investigar.

Embargo

Osmar assinalou também que, amanhã, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública para debater o embargo imposto pela União Europeia à carne bovina brasileira. Para essa audiência, foram convidados o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o ex-ministro Pratinho de Moraes, entre outros.

– Já perdemos muito tempo. É muito importante que o Brasil resolva esse problema o mais rápido possível – disse o senador, lembrando que há anos vem alertando o governo para a necessidade de investir em defesa sanitária.



OSMAR DIAS



RENATO CASAGRANDE

Comprovação de que faltou critério nos gastos

Após se posicionar favoravelmente à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o mau uso de cartões corporativos, Renato Casagrande (PSB-ES) cobrou normas claras para sua utilização.

– Ficou efetivamente comprovado, por meio de publicação feita pelo próprio governo federal, que faltou critério no gasto com os cartões corporativos. Então, investigar é fundamental.

Casagrande também pediu transparência nos gastos públicos. Afirmou que, embora o governo federal seja o ente da administração pública que apresenta maior transparência em seus gastos, esta ainda não é ideal. Lamentou que os governos estaduais e municipais, com raras exceções, não façam publicidade de seus gastos. Elogiou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho – que presidia a sessão – pela iniciativa de tornar públicos os gastos dos senadores com a chamada verba indenizatória.

Após o discurso, Garibaldi lembrou que a iniciativa de tornar públicos os gastos com a verba indenizatória partiu do senador Tião Viana (PT-AC), durante sua interinidade na Presidência da Casa.

“Culpado por bandalheira é o Luiz Inácio”

“Só tem um culpado por essa bandalheira. É o Luiz Inácio [Lula da Silva]. Ele foi eleito, tem que assumir e administrar o país. Ele é o único responsável pelo governo”, afirmou Mão Santa (PMDB-PI). O senador acrescentou que, numa democracia, é dever do Congresso fiscalizar o Executivo. Assim, observou, ao requerer a criação de uma CPI, o Senado está cumprindo a sua missão constitucional.

O senador defendeu a criação de uma comissão mista para investigar as denúncias de uso irregular dos cartões corporativos, “como forma de não humilhar a Câmara dos Deputados e de esclarecer melhor a população sobre o escândalo”.

Mão Santa disse que é normal um presidente viajar em companhia de um ajudante de ordens, que fica responsável pelo pagamento das contas da viagem, mas que quase 12 mil funcionários possuindo cartões corporativos equivale a um “exército de aloprados, um exército de aproveitadores”.

– Esse dinheiro dos cartões é o que está faltando para matar o mosquito da febre amarela e para a educação – afirmou.



MÃO SANTA

Líder do governo no Senado, Romero Jucá, e deputado Carlos Sampaio, do PSDB, chegam a acordo sobre comissão para apurar denúncias de gastos irregulares

Governo e oposição criam CPI mista para investigar cartões

Um acordo concretizado na manhã de ontem entre o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) garantiu que seja mista a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará gastos irregulares com cartões corporativos.

Pelo acordo, o requerimento de criação da CPI será o que foi preparado pelo deputado Carlos Sampaio e que já circula no Congresso desde o dia 28 de janeiro. Como informou o deputado, foi feito um acréscimo de informação que garantiu o acordo. O texto original dizia que as investigações abrangeriam o período desde a criação dos cartões corporativos até a presente data. Agora foi incluído o número e a data do decreto que criou os cartões, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso: Decreto 2.809, de 1998. Romero Jucá afirmou que a convergência de idéias permitiu a evolução da negociação e o consenso.

De acordo com o requerimento de Carlos Sampaio, a CPI deverá durar 90 dias – prazo prorrogável por mais 90. Terá 22 titulares – 11 senadores e 11 deputados – e mais 22 suplentes. Após o requerimento ser protocolado, o próximo passo prevê que o presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho, realize uma reunião de líderes a fim de que sejam indicados os membros da comissão.

Modelo

Ainda que o período a ser investigado atinja as administrações de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, tanto o líder do governo quanto o deputado oposicionista frisaram que os chefes de governo não serão



Jucá (E) conversa com Carlos Sampaio: prevalece o requerimento feito pelo deputado

investigados. O objetivo da CPI, ambos afirmaram, é investigar servidores públicos que tenham usado os cartões indevidamente.

– O Congresso Nacional vai se debruçar em um assunto importante. Vamos analisar gastos com cartões corporativos e suprimentos de fundos com o objetivo de conseguir um novo modelo que garanta mais controle e transparência. Estamos investigando despesas feitas por funcionários públicos: FHC e Lula não têm nada a ver com isso – explicou Romero Jucá.

O senador informou que não mais apresentará o requerimento para criação de uma CPI para funcionar apenas no Senado. Esse requerimento de Jucá chegou a ser protocolado na Secretaria Geral da Mesa na última semana.

Carlos Sampaio destacou que a comissão fará investigações “técnicas” para apurar “atos de improbidade administrativa”. O deputado afirmou que não há ainda entendimento sobre quem deve presidir ou relatar a comissão, mas observou que o costume é que seja respeitada a

proporcionalidade dos partidos e que o comando fique com as duas maiores bancadas do Congresso Nacional, PMDB e PT.

O deputado destacou também que nunca houve resistência da oposição à proposta de estender as investigações a períodos anteriores ao governo Lula, tanto que isso já estava previsto em seu requerimento original.

– O que se disse é que não havia fato concreto para ser investigado naquele período, mas as investigações podem abranger o período desde a criação do cartão.

Anúncio

À tarde, em Plenário, Romero Jucá anunciou o acordo firmado com a oposição para a retirada do seu requerimento de criação da comissão no âmbito do Senado e o apoio à criação da CPI mista.

Jucá alertou para a importância de o trabalho da comissão de inquérito permanecer no nível institucional, frisando que “será um desserviço fulanizar” a investigação, e conclamou os senadores e deputados da base governista a assinarem o requerimento da CPI mista.

Agripino espera que comissão ajude a recuperar imagem do Senado

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), afirmou que o requerimento de criação de uma CPI deve ter, necessariamente, um fato determinado explicitado de maneira clara.

Agripino elogiou o senador Romero Jucá e o deputado Carlos Sampaio por terem conseguido um texto consensual para o requerimento de criação da comissão parlamentar mista que investigará os chamados cartões corporativos: “apurar, no âmbito federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado cartão corporativo, criado pelo Decreto 2.809/98 e instituído a partir de 2001 (ano em que passou a ser efetivamente utilizado).”

– Vai se investigar o cartão corporativo, que foi instituído em 1998. Não existiu até 2001. Há uma lacuna, portanto, entre 1998 e 2001. E, a partir de 2001, até 2008, existe fisicamente, produzindo compras e saques, que têm de ser explicados, doa a quem doer, chegue aonde chegar – declarou.



Agripino: “Compras e saques têm de ser explicados, doa a quem doer”

Agripino disse esperar que a CPI mista investigue o mau uso de cartões corporativos e que não seja uma comissão governista ou oposicionista, mas que ajude a “recuperar a imagem do Senado”.

– CPI tem de investigar fato claro, não pode investigar um fato em aberto. Do contrário, vai-se querer aqui investigar as contas de Getúlio Vargas, sem denúncia de ninguém, sem nenhuma objetividade ou até para entupir caminho – alertou.

Virgílio: não se absolvem “os crimes cometidos agora”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), lamentou o que chamou de “tentativa mambembe de embaralhar os fatos”, com o governo exigindo que as investigações sobre a utilização dos cartões corporativos atinjam a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Eventuais crimes alheios não absolvem os cometidos agora – alertou.

O parlamentar criticou a tentativa de “atingir a honra” do ex-presidente Fernando Henrique, contra o qual não há suspeitas em relação a esse assunto.

Virgílio disse que os integrantes da CPI deverão ser escolhidos obedecendo a critérios matemáticos. Lembrou que a presidência e a relatoria da comissão devem



Arthur Virgílio lamenta “tentativa mambembe de embaralhar os fatos”

obedecer a um sistema de rodízio dos partidos, e pediu que uma reunião de líderes fosse agendada para debater o assunto. O presidente da Casa, Garibaldi Alves, informou que há uma reunião marcada para as 11h de hoje.

▼ Tentativa de garantir mais transparência

Criado no final do governo Fernando Henrique Cardoso, o Cartão de Pagamento do Governo Federal – mais conhecido como cartão corporativo – deveria garantir mais transparência e controle sobre os gastos de menor valor da administração pública federal, como a compra de materiais e o pagamento pela prestação de serviços. Além disso, o cartão vinha sendo utilizado em despesas de hospedagem e alimen-

tação durante viagens oficiais. E, como funciona como um cartão de crédito, permite ainda a realização de saques em dinheiro.

O uso irregular – e abusivo – do cartão corporativo por ministros e funcionários públicos vem sendo denunciado no governo Lula. Essas denúncias levaram a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, a renunciar ao cargo.

De acordo com o Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br), criado pela Presidência da República, as despesas com cartões corporativos em 2007 totalizaram cerca de R\$ 75,8 milhões, mais que o dobro do montante gasto em 2006. Por meio desse site, foi possível a verificação dos gastos denunciados. Apesar do aumento, a Controladoria Geral da União (CGU), órgão responsável pelas

informações do Portal da Transparência, informa que as despesas com cartões corporativos representam entre 0,002% e 0,004% das despesas totais do Poder Executivo.

Os que defendem o uso dos cartões corporativos, como a chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, argumentam que esse instrumento é mais eficaz para efeito de controle, pois seria mais fácil conferir os gastos feitos com o cartão – que identifica onde, quando e com que se gastou – do que os realizados de

outra forma, para os quais podem ser apresentadas, por exemplo, notas fiscais falsificadas que justifiquem a despesa.

No entanto, apesar de defender esse instrumento, o governo federal publicou este mês o Decreto 6.370/08, que altera as regras de uso dos cartões corporativos, para impedir sua utilização com gastos pessoais. Entre outras medidas, o decreto restringe a realização de saques em dinheiro e o pagamento de passagens aéreas e diárias.

Presidente do Senado diz que vai cumprir prazos para instalar CPI, confessa-se a favor da redução da maioria penal e defende decisão rápida sobre normas para MPs

Votar deve ser o verbo mais conjugado, afirma Garibaldi

Em entrevista concedida ontem pela manhã, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que se reuniria com os líderes a partir de hoje e que sua disposição é cumprir os prazos para instalação da CPI dos Cartões Corporativos, de acordo com o Regimento e com a Constituição.

Garibaldi deu entrevista à entrada do seu gabinete, logo que chegou ao Senado. Ele comentou as seis propostas de redução da maioria penal que estão na pauta da sessão deliberativa de hoje e disse que sua posição pessoal é favorável a essa mudança na lei. Também salientou que o mais importante agora é o Legislativo se devotar a deliberar.

– Estamos aqui para votar. Então nós temos que votar. Votar deve ser o verbo mais conjugado neste semestre pelo Poder Legislativo – enfatizou.

Garibaldi foi questionado também sobre o fato de o Congresso começar 2008 novamente em crise, da mesma forma que encerrou 2007. Ele respondeu que



Garibaldi: ideal seria cumprir pauta mais voltada para valorização do Legislativo

o ideal seria que o Parlamento pudesse cumprir uma pauta mais voltada para a valorização do próprio Legislativo, que inclui a deliberação sobre os vetos presidenciais e a modificação da proposta que disciplina a edição de medidas provisórias.

O presidente do Senado disse ter fechado um acordo com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que os dois conversassem com os líderes de ambas

as Casas com o propósito de modificar a proposta que se encontra na Câmara para normatizar as medidas provisórias. O objetivo dos dois presidentes, afirmou ele, é fazer essa matéria ser votada o mais rapidamente possível.

– O ideal seria isso, mas o Congresso tem de enfrentar a realidade. E a realidade está aí, com os cartões de crédito, com o problema dos suplentes, mas nós vamos enfrentá-la, claro.

Alvaro Dias quer informações sobre gastos da filha de Lula

Já se encontra na Mesa Diretora do Senado, aguardando deliberação, requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitando informações à Casa Civil da Presidência da República a respeito dos custos de manutenção de veículos para atender a filha do presidente Lula, Lurian Cordeiro, na cidade de Florianópolis (SC).

A Mesa também deve deliberar, em uma de suas próximas reuniões, sobre outro requerimento apresentado pelo senador Alvaro Dias, desta vez solicitando informações ao Ministério das Relações Exteriores a respeito de um suposto carro colocado à disposição do ex-chefe da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, pela embaixada brasileira em Madri.

Deverão ainda ser analisados pela Mesa outros requerimentos de Alvaro Dias pedindo detalhadas informações sobre os gastos com cartões corporativos aos ministérios da Cultura; do Turismo; da Previdência e Assistência Social; do Esporte; da Ciência e Tecnologia; da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e às Secretarias Especiais de Aquicultura e Pesca e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O senador pede cópias de extratos e outros documentos que considera pertinentes aos gastos com os cartões.

Será designado pela Mesa um relator para analisar as solicitações que, se aprovadas, serão encaminhadas aos respectivos órgãos.

Despesa com apartamento de reitor pode ser investigada

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu ontem em Plenário dois requerimentos apresentados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs) propondo a investigação do uso de recursos pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) na reforma do apartamento do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland.

Um dos requerimentos pede que seja solicitado ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios o encaminhamento à CPI do teor integral de todas as ações e investigações movidas contra a Finatec. O Ministério Público teria chegado à conclusão que a fundação gastou R\$ 470 mil na compra de móveis luxuosos para o apartamento funcional ocupado por Mulholland, inclusive uma lixeira no valor de R\$ 990. O dinheiro deveria ter sido destinado à pesquisa científica e tecnológica.

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) já em posse da CPI mostram que a UnB é a principal fonte de recursos da Finatec, conforme Alvaro Dias. Entre 2002 e 2007, a universidade repassou R\$ 23,1 milhões à Finatec, o que equivale a 30% de toda a verba recebida pela entidade no período.

O outro requerimento pede que o reitor da UnB seja convocado a prestar esclarecimentos perante a comissão.

Jonas Pinheiro sofre infarto e é internado em Cuiabá

O senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) sofreu um infarto na noite de domingo, em Cuiabá. Ele deu entrada no pronto-socorro do Hospital Amecor, na capital mato-grossense, às 22h, com parada cardiorrespiratória, e permanecia internado. O boletim divulgado no final da tarde de ontem dizia que o estado do senador era grave.

Jonas Pinheiro, de 67 anos, permanecia internado na unidade de terapia intensiva do hospital, mantido em coma induzido e respirando com a ajuda de aparelhos, de acordo com informações do hospital.

Deputado federal por três vezes, Jonas Pinheiro está em seu segundo mandato como senador.



Até o final da tarde de ontem, Jonas estava internado na UTI em estado grave

Em Plenário, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentaram o ocorrido e desejaram um rápido restabelecimento a Jonas Pinheiro.

Arthur Virgílio lamenta morte da mãe de Marisa Serrano

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) apresentou ontem requerimento de pesar pelo falecimento de Zilda Monteiro Serrano, mãe da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Ele pediu que o requerimento fosse enviado em nome de todo o Senado, com o que concordou Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que presidia a sessão.

O líder do PSDB ainda apresentou votos de pesar pelo falecimento da atleta Dora Bria, em acidente automobilístico no início deste ano, e de Marina Cruz Lyra,

mãe do desembargador federal do trabalho no Amazonas Benedicto Cruz Lyra.

Também ontem, Virgílio requereu votos de aplauso para o professor José Alberto Neves, colecionador de fósseis em Uruçurituba (AM); à atleta Elis Regina, campeã brasileira de futebol feminino em 1990 pelo Clube Sul América; a Georgette Abraham Lima, fundadora da primeira farmácia de Manaus; e à população do município de Envira (AM), pelo 46º aniversário de fundação da cidade.

Proposta combate impunidade de motorista alcoolizado

Projeto que caracteriza como crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais praticado por motorista alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em decisão terminativa.

A proposta (PLS 1/08) altera o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) com o objetivo de evitar a impunidade nos processos relativos a esse tipo de acidente. Cristovam propõe substituir a pena atualmente prevista ao condutor sob a influência do álcool – detenção de seis meses

a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação – pela caracterização do acidente fatal sob essas condições como crime hediondo.

O senador argumenta que a medida poderá servir para reduzir de maneira drástica a irresponsabilidade de pessoas alcoolizadas na direção de veículos. “Além da tristeza das perdas de vidas por causa desses acidentes, é com vergonha que todo o Brasil assiste à impunidade dos criminosos”, afirma.

De acordo com a Lei 8.072/90, são considerados crimes hediondos, entre outros, homicídio qualificado, latrocínio e estupro, todos tipificados no Código Penal.

Suplicy lamenta atentado contra Ramos Horta

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem voto de pronto restabelecimento ao presidente do Timor Leste e Prêmio Nobel da Paz de 1996, José Ramos Horta, ferido a tiros em um atentado promovido por rebeldes em sua casa na capital do país, Dili. Enquanto se exercitava, Horta foi baleado, possivelmente na barriga.

Horta destacou-se por sua participação na luta contra o domínio indonésio no Timor. Ele conquistou o Nobel da Paz juntamente com o bispo Carlos Ximenes Belo.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), e o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) associaram-se ao voto apresentado por Suplicy.

Unilegis dá início a novo curso de pós-graduação

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) deu início às aulas do curso de especialização *lato sensu* em Administração Legislativa, durante evento realizado na noite de ontem, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O curso é coordenado pela consultora de Orçamento do Senado Rita de Cássia Leal, e terá certificação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Estão matriculados no curso 43 servidores do Senado Federal e de outras instituições conveniadas ao Unilegis.

As aulas serão ministradas às segundas e quartas-feiras e, quinzenalmente, às sextas-feiras, totalizando 360 horas, que incluem aulas expositivas, seminários e um trabalho de conclusão de curso.

Atualmente, 195 alunos, divididos em turmas de Ciência Política, Comunicação Legislativa, Direito Legislativo e Orçamento Público, fazem pós-graduação *lato sensu* na Unilegis, com previsão de conclusão de estudos para o final deste ano.

Senador atribui aprofundamento dos conflitos entre Executivo e Legislativo a desequilíbrios que precisam ser resolvidos, como o excesso de medidas provisórias

É preciso rever a concentração de poderes na União, afirma Maciel

O senador Marco Maciel (DEM-PE) disse da tribuna que, além da reforma política, os brasileiros precisam discutir a Federação, argumentando que nas últimas décadas tem havido uma concentração de poderes na União, em detrimento dos estados e dos municípios, especialmente na área econômica.

Como exemplo, citou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que direcionava dinheiro apenas à União, sem obrigação de repassar fatias aos estados e municípios.

Essa concentração, para o senador, enfraquece a própria Federação. Ele ponderou que um país com a exten-



Maciel aponta necessidade de fortalecer os municípios

são do Brasil exige o fortalecimento dos municípios. Em uma Federação equilibrada a União só deve tratar das questões que ultrapassem o âmbito dos municípios e dos estados, frisou.

Maciel entende que os brasileiros devem examinar as suas instituições republicanas, melhorando o desempenho dos três Poderes. Lembrou que, com essa finalidade, o Congresso aprovou a reforma do Judiciário, e agora tem de pensar em reformar o próprio Parlamento.

Conflitos

O senador atribui o aprofundamento dos conflitos entre Executivo

e Legislativo a desequilíbrios que precisam ser resolvidos, como é o caso do uso excessivo de medidas provisórias pelo presidente da República. Maciel observou que a Constituição estabelece que os Poderes da República são independentes, mas harmônicos. Quanto mais independentes e harmônicos os Poderes, mais as instituições ficarão atentas às grandes demandas da sociedade, acredita o parlamentar.

Maciel lembrou que o Senado já votou quase todos os pontos fundamentais de uma reforma política e os projetos agora se encontram parados na Câmara. Na parte eleitoral, ele entende que o país fez avanços substanciais, faltando definir questões como fidelidade partidária, financiamento público de campanhas e manutenção do sistema proporcional, com listas abertas ou fechadas de candidatos.

Sarney lembra os 400 anos do nascimento de Vieira

Os 400 anos do nascimento do padre Antônio Vieira, comemorados dia 6, foram lembrados pelo senador José Sarney (PMDB-AP). Chamando o escritor de “imperador da língua portuguesa”, como a ele se referiu Fernando Pessoa, Sarney disse que Vieira não foi somente um pregador, “mas também um homem de ação”.

O senador observou que o religioso tratou da liberdade de índios, negros e judeus, e defendeu todas as minorias. Também foi o encarregado de escrever o relato das lutas contra os holandeses na Bahia, com apenas 16 anos, e já integrante da Companhia de Jesus.

Sarney ressaltou a influência do jesuíta em sua formação e, conseqüentemente, em sua obra, lembrando que, por recomendação de seu pai, ainda muito jovem iniciou a leitura dos livros e sermões do padre Vieira.

– As centenas de citações que tenho feito do padre Antônio Vieira ao longo da minha vida atestam a minha fidelidade a essa leitura que não parou um só tempo – disse o senador, acrescentando que



Sarney: Vieira teve atuação política em defesa de minorias

obras sobre textos e sermões de Vieira ou sobre análise da vida e dos estudos do escritor continuam sendo seus livros de cabeceira.

Em aparte, Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou que Vieira era um superdotado, que pensou nos diversos campos da vida, da política à religião, e que o tratamento de

questões como a dos escravos e dos indígenas muitas vezes lhe valeram punições por parte da Santa Sé.



Fotos: Geraldo Magela

Paim: a carne do Brasil é mais barata e de melhor qualidade

Paulo Paim critica embargo europeu à carne brasileira

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem, em Plenário, o embargo europeu à exportação de carne bovina brasileira. Segundo Paim, a decisão da União Européia foi tomada devido a pressões de pecuaristas irlandeses e britânicos, que, por terem altos custos de produção, se acharam prejudicados pela carne brasileira, que é mais barata e de boa qualidade.

O senador lembrou que na Itália, por exemplo, o preço de um quilograma de contrafile custa R\$ 60, enquanto no Brasil a mesma quantidade de carne é vendida por apenas R\$ 10. Na Inglaterra, o quilo do mesmo corte é vendido por R\$ 80.

Reafirmando seu apoio aos pecuaristas brasileiros, Paim alertou para a necessidade de o Congresso Nacional endossar as ações dos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores para reverter a situação.

– A carne brasileira é uma das mais saborosas do mundo. Ela é conhecida como carne verde: o gado não é alimentado com ração, mas com pasto, o que, além de barato, é de melhor qualidade – destacou.

Arroz

Paulo Paim defendeu ainda diversas medidas reivindicadas por associações de produtores de arroz de seu estado para a colheita do cereal neste ano. Entre as solicitações estão a liberação de recursos para aquisições do governo federal (AGFs) e equalização de preços, além da doação de arroz para populações carentes tanto no interior do país quanto no exterior, em nações com má condição alimentar e com ocorrência de catástrofes climáticas.

Papaléo comemora 250 anos de Macapá



Papaléo destaca potencial da capital do estado do Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) comemorou ontem, da tribuna, os 250 anos da fundação da capital de seu estado, Macapá, que foi tema do enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, campeã de 2008 do carnaval do Rio de Janeiro. O senador apresentou voto de aplauso ao povo de Macapá pelo aniversário da cidade.

Analisando as perspectivas de desenvolvimento econômico e social da região, Papaléo chamou atenção para a posição geográfica privilegiada de Macapá, que possibilita facilidade de acesso aos mais

diversos centros consumidores mundiais, como América Central, América do Norte, África e Europa.

Ele destacou ainda o elevado potencial turístico de Macapá e do estado, como a pororoca, a cachoeira de Santo Antônio, a cachoeira Grande e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Papaléo Paes reclamou do ritmo lento de consolidação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, criada em 1991 com o objetivo de promover o desenvolvimento do extremo norte.

Senador apresenta proposta de aumentar os *royalties* pagos no consumo de petróleo e distribuir os 5% adicionais aos estados e municípios que preservem suas florestas

Cristovam propõe estímulo à preservação das florestas

“Para tentar casar dois problemas ambientais de hoje: o superconsumo de petróleo e a superdestruição de florestas”, Cristovam Buarque (PDT-DF) informou ter apresentado projeto que aumenta de 10% para 15% os *royalties* pagos no consumo de petróleo. A proposta (PLS 8/08) estabelece a distribuição desses 5% adicionais, por meio do Ministério do Meio Ambiente, aos estados e municípios que preservem suas florestas.

Segundo o senador, mesmo que a Petrobras transfira para o consumidor todo o ônus com o aumento da alíquota dos *royalties*, a majoração dos preços de petróleo e derivados não chegará a 0,5%.

– Vemos o Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] apresentar as fotografias das queimadas. Nós podemos fazer o contrário: através dessas fotos,



Cristovam defende a criação de programa para ensinar os caboclos a usarem recursos

identificarmos onde as florestas continuam de um ano para o outro, de um mês para o outro. Onde continuar, o dinheiro do *royalty* verde será transferido em partes iguais ao estado e ao município, que poderão usá-lo tanto para financiar as atividades de controle como para dar renda à população local. Com renda, a população

local se sente na obrigação de proteger a floresta – disse.

“Nós, consumidores, destruidores de petróleo, pagamos 5% a mais do *royalty* e esse dinheiro a gente usa para pagar o recurso que não é gasto”, explicou.

O senador defendeu ainda uma conscientização nacional da necessidade de proteger a floresta e “um grande programa para ensinar os nossos caboclos a usarem os recursos que eles têm”. Ele afirmou que os brasileiros serão conhecidos, perante as gerações futuras, como os destruidores da Floresta Amazônica.

Cristovam sugeriu ao presidente Lula que convide o ex-senador João Capiberibe a ensinar aos integrantes do Ministério do Meio Ambiente os programas que geram renda sem destruir a floresta, implantados por ele quando governador do Amapá.

Falta um projeto nacional para a Amazônia, diz Mesquita Júnior

A preservação e o desenvolvimento sustentável da região amazônica deveriam ser uma prioridade para o Brasil, defendeu Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Na opinião do senador, falta um projeto nacional para a região, que inventarie as riquezas naturais da Amazônia e planeje a exploração sustentável.

– Daqui a trinta anos a situação vai estar terrível, se não tomarmos providências – alertou.

O senador citou declarações do subchefe do Ibama em Alta Floresta (MT), Cláudio Cazal,

segundo o qual a maior parte do desmatamento na Amazônia é realizada sem autorização dos órgãos competentes. Ainda de acordo com Cazal, “o instituto atua de forma precária nas regiões críticas, e tem excesso de servidores, verbas e estrutura em Brasília”.

– É necessário que as instituições sejam dotadas de recursos humanos e materiais proporcionais ao tamanho da tarefa – defendeu.

Mas o desmatamento não é o único problema da região, acrescentou Mesquita Júnior, pois doenças como a malária e acidentes



Mesquita Júnior quer desenvolvimento sustentável como prioridade para o país

com embarcações precárias também afligem a população.

O senador disse ainda ser necessária a diferenciação entre “os verdadeiros assassinos da floresta” e os pequenos produtores rurais.

do desempenho ambiental dos países, elaborado pelas universidades americanas de Yale e de Columbia. O Brasil aparece na 35ª posição, com nota 82,7 (em tabela de 0 a 100). O jornalista destacou que o Brasil perdeu um lugar desde 2006, mas elevou a nota 5,7 pontos.

O estudo computa 25 indicadores, divididos em saúde ambiental e vitalidade de ecossistemas, que se referem a políticas públicas pelas quais os governos podem – ou deveriam – ser responsabilizados, diz Melchiades.



Tião Viana: preservação ambiental e expansão econômica estão em luta

Viana leu artigo do jornalista Melchiades Filho, publicado pela *Folha de S. Paulo*, que analisa o Environmental Performance Index (EPI) – índice-piloto

Viana pede que Congresso divulgue a Agenda Verde

A Agenda Verde, divulgada no Brasil por ativistas, servidores, cientistas e jornalistas, foi defendida por Tião Viana (PT-AC). O senador disse que o Congresso Nacional e o Ministério do Meio Ambiente também deveriam divulgá-la.

– Estamos numa fase de luta entre a preservação ambiental e a expansão econômica.

Sibá nega existência de proposta de anistia para desmatadores

Não há projeto do governo federal para conceder anistia aos fazendeiros que fizeram derrubadas ilegais de árvores na Floresta Amazônica, garantiu ontem Sibá Machado (PT-AC). O senador fez a afirmação rebatendo notícia veiculada pela imprensa no final de semana.

Segundo Sibá, os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional com o objetivo de reduzir a área de preservação permanente das propriedades rurais da Amazônia, atualmente fixada em 80% pelo Código Florestal, são de autoria de parlamentares e não do Executivo.

O senador também negou a existência de quaisquer estudos nos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura no sentido de permitir que fazendeiros da Amazônia possam desmatar até 50% da cobertura florestal de suas propriedades.

– Venho a essa tribuna para dizer terminantemente que isso



Fotos: Geraldo Magela

Projetos para reduzir área de preservação não partiram do Executivo, ressalta Sibá

não tem o menor procedimento. Há um entendimento errôneo, que não se sabe de onde partiu, de que haveria esse tipo de acordo por parte do governo com setores que praticaram crimes ambientais na Amazônia – disse o senador.

Ao final de seu discurso, Sibá leu nota divulgada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, negando qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais.

Tuma defende indicação de grupos sanguíneos em documentos

Um projeto determinando a obrigatoriedade de indicação do grupo sanguíneo nos documentos foi apresentado por Romeu Tuma (PTB-SP). De acordo com a proposta (PLS 5/08), a informação deverá constar da certidão de nascimento, da carteira nacional de habilitação e da carteira de identidade (civil e militar), inclusive nas cédulas emitidas pelas entidades de classe.

A identificação dos tipos sanguíneos será realizada nos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e em caráter gratuito. No caso do recém-nascido, essa identificação deverá ser realizada, também gratuitamente, na unidade de saúde em que ocorrer o parto.

O senador argumenta que o acréscimo desse dado nos documentos pode representar a salvação de uma vida no caso de acidentes, especialmente nas colisões de trânsito, cujo número é crescente. “Além de acrescentar



Tuma considera que a medida poderá salvar vidas em casos de acidentes

apenas um dado nos documentos, trata-se da criação de um procedimento de primeiros socorros, que busca reduzir o número de vítimas fatais em acidentes, quaisquer que sejam eles”, explica o senador.

O projeto, apresentado na quinta-feira, tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em fase de recebimento de emendas. Após ser analisado na CAS, deverá ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho
informação ao alcance de todos

Senado Federal
Subsecretaria de Biblioteca

e-mail: sibib@senado.gov.br
www.senado.gov.br/biblioteca